

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA ATRAVÉS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Aline Barros de Oliveira¹; Dária Catarina Silva Santos²; Iandra Rodrigues da Silva³; Robervam de Moura Pedroza⁴; Valquiria Farias Bezerra Barbosa⁵

¹ *Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Pesqueira. Email: aline.olv@hotmail.com*

² *Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Pesqueira. Email: daria.catarina@outlook.com*

³ *Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Pesqueira. Email: iandrarodrigues@outlook.com*

⁴ *Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Pesqueira. Email: robervam@pesqueira.ifpe.edu.br*

⁵ *Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Pesqueira. Email: valquiria@pesqueira.ifpe.edu.br*

INTRODUÇÃO

A implementação das ações de saúde mental pelas equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) (e sua articulação em rede) pode ser vista em um formato mais propício de mobilização dos recursos comunitários e de materializar a Reforma Psiquiátrica (AMARANTE et al., 2014; DALLA VECCHIA; MARTINS, 2009). O reconhecimento de práticas de saúde mental na atenção primária à saúde (APS) é essencial para assegurar a integralidade da atenção (TANAKA; RIBEIRO, 2009).

A atenção à saúde mental integra as responsabilidades da atenção primária, numa perspectiva de integralidade do cuidado, preservando-se os princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) tais como: respeito aos direitos humanos, atenção humanizada, a lógica do território, a sistematização à saúde mental em rede, a intersetorialidade, a recuperação psicossocial, a multiprofissionalidade/interdisciplinaridade, a desinstitucionalização, a prática da cidadania dos usuários e a liberdade entre os usuários e suas famílias (BRASIL, 2011).

A saúde mental estabeleceu interfaces com a atenção primária no que tange o cuidado ao usuário com sofrimento psíquico. A demanda prioritariamente assistida caracteriza-se em transtornos leves, bem como aqueles consequentes do uso de álcool e outras drogas. Entretanto, nos dias atuais outras demandas são presentes na abordagem da saúde mental na atenção primária, como: sofrimento psíquico com relação a outros problemas de saúde, bem como, adoecimentos em relação a condições socioeconômicas e de desigualdade (MOLINER; LOPES, 2013).

O cuidado prestado às pessoas com transtornos mentais assume um caráter relevante, uma vez que o sofrimento psíquico produz graves repercussões na qualidade de vida da pessoa, devendo ser entendido dessa forma tanto pelos profissionais de saúde quanto pela sociedade. Justifica-se a relevância desta pesquisa, face ao intuito de enfrentar os desafios para a implementação das ações de saúde mental na atenção primária através da ESF, propondo a mudança de paradigma no contexto da atenção à saúde, rompendo assim com o modelo biologicista tão influente ainda no cotidiano dos profissionais. Diante disto objetivou-se identificar os desafios para fortalecer as ações de saúde mental na APS, a partir das práticas implementadas na rotina dos serviços.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida durante a vigência da Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA) apoiada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE). Trata-

se de uma revisão integrativa da literatura, e para sua realização foram seguidas as etapas representadas por: definição do problema (questão norteadora); estabelecimentos dos critérios de inclusão e exclusão; busca dos artigos nas bases de dados; identificação dos estudos selecionados; análise dos estudos que constituem a amostra; apresentação da revisão/ síntese do conhecimento (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

A questão norteadora da pesquisa foi: Quais são os desafios para a implementação das ações de saúde mental na atenção primária através da estratégia saúde da família?

Para a construção do presente trabalho foi feita a busca de artigos científicos publicados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), através das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Para a busca das publicações foram utilizados os descritores indexados como Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “atenção primária à saúde”, “saúde mental” e “atenção psicossocial”. O levantamento bibliográfico foi realizado durante os meses de abril a agosto de 2015.

Os critérios de inclusão estabelecidos para a amostra foram: publicações entre os anos de 2007 a 2015, no idioma português, texto completo disponível, publicados nas bases eletrônicas já mencionadas, que fizessem referência às estratégias de cuidado em saúde mental na APS. Foram considerados como critérios de exclusão teses e dissertações, estudos não relacionados com a proposta do estudo e publicações repetidas em mais de uma base eletrônica.

Primeiramente a busca foi feita individualmente com cada descritor a fim de esgotar as possibilidades de estudos nessa temática, o que possibilitou um total de 4.142 estudos; logo após foi feito um cruzamento dos descritores com o uso do conector booleano “OR”, porém não se obteve nenhum resultado; então foi utilizado o conector booleano “AND” o que resultou em 60 estudos. A busca completa resultou um total de 4. 202 artigos. Posteriormente foram lidos os títulos e resumos e os que atenderam aos objetivos propostos e se encaixaram nos critérios de inclusão foram lidos e relidos na íntegra. A partir disso foram selecionados 17 estudos para subsidiar os resultados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os artigo selecionados, 13 (76,44%) artigos mencionaram falta de capacitação e 9 (52,92%) processo de formação inadequado dos profissionais sendo essas as dificuldades para a implementação das ações de saúde mental na APS mais evidenciadas nos artigos . De acordo com

Pini e Waidman (2012), a limitação do conhecimento das equipes de saúde pode estar ligada a desatualização após a formação profissional e as modificações na assistência em virtude das transformações sociais e novos modelos de atenção à saúde. Os profissionais que trabalham há mais tempo nos serviços precisaram se atualizar e repensar as estratégias de cuidado aos usuários com transtorno mental uma vez que a desinstitucionalização e a necessidade de acompanhamento na comunidade são uma demanda recente. Em contrapartida, Tanaka e Ribeiro (2009) relatam que essa deficiência advém da própria graduação, onde os aspectos psicológicos e emocionais da prática médica são deixados em segundo plano, privilegiando-se a medicalização e sendo desvalorizados outros tipos de intervenções.

Os encaminhamentos, a desarticulação da rede e o mecanismo de referência e contra referência também são citados como desafios existentes na APS. Conforme Lucchese (2009), os encaminhamentos são intermináveis, evidenciando uma desarticulação de ações, onde cada profissional faz sua parte, sendo citado como processo de “encaminhoterapia”, comprometendo assim a integralidade e a resolutividade. Nessa perspectiva, vários casos identificados como de doença mental, não faziam parte de nenhum serviço de referência e acabavam perdidos em um emaranhado institucional (ONOCKO - CAMPOS et al., 2011). A contra referência dos indivíduos encaminhados a outros serviços é apontada como dificuldade, pois quando o usuário recebe alta ou tem suas consultas referenciadas para outro nível da atenção, as informações e condutas adotadas rotineiramente não chegam ao outro serviço, dificultando a assistência a esses usuários (RIBEIRO, 2010; PINI; WAIDMAN, 2012).

Foi identificada em vários grupos uma grande demanda de saúde mental, que quando não organizada, combinada com a rotatividade dos profissionais, acaba gerando uma descontinuidade do tratamento, dificultando com isso a articulação da rede de cuidados (ONOCKO - CAMPOS et al., 2011). Sob o mesmo ponto de vista Coimbra et al. (2011), relata que uma das dificuldades é a desorganização da demanda o que acaba gerando filas, além de chegar cedo e aguardar um longo tempo à espera da consulta, o número de médicos é insuficiente e a estrutura física da unidade é inapropriada.

O apoio matricial deficiente ou a falta de apoio matricial também foram encontrados como desafios para a inserção da saúde mental na APS. Segundo Onocko - Campos et al. (2011), o apoio matricial é um mecanismo que visa dar suporte para as equipes da atenção primária através do compartilhamento de situações de trabalho gerando uma co-responsabilização pelos casos. No entanto Minozzo e Costa (2013), afirmam que entre as dificuldades elucidadas na inserção do apoio

matricial na APS encontra-se a falta de condição de trabalho, a pressão que os profissionais da ESF sofrem para o alcance de metas, que são entendidas como cobranças para atingir uma produção numérica de atendimentos, entre outras atividades.

Outro fator observado foi o manejo de alguns casos apoiados em formas biomédicas e tradicionais de compreensão da doença mental, enfatizadas na medicamentação, na normatividade dos comportamentos, na expectativa de comportamentos agressivos e na internação como resolutividade (NUNES; JUCÁ; VALENTIM, 2007). Como resultado das ações centradas na medicamentação, surge a transcrição de medicação, ou seja, a repetição de receitas sem a avaliação clínica adequada (RIBEIRO et al., 2010).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa apontou como desafios a necessidade de adoção de políticas voltadas para a capacitação e a formação adequada para a implementação das ações de saúde mental na APS. Observa-se que as formas de cuidado ainda estão voltadas para o modelo biomédico, como apontam diversos autores, constituindo assim empecilho para um cuidado integral proposto pela Reforma Psiquiátrica. Esse contexto constitui um reflexo de uma formação profissional pouco contextualizada com as diretrizes curriculares nacionais e com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Os artigos incluídos na pesquisa evidenciam lacunas na abordagem sobre ações exitosas em saúde mental na APS. Apesar de ser uma prática ainda incipiente com mais desafios do que êxitos, não se descarta a relevância de experiências bem sucedidas como o apoio matricial em saúde mental para os profissionais da APS.

Faz-se necessário a ampliação de estudos no contexto da atenção primária à saúde tendo em vista sua relevância em todos os níveis de atenção, uma vez que ela é porta de entrada preferencial para o sistema e responsável pela coordenação do cuidado.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho et al. Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. In: **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Editora Fiocruz, 2014. p. 635-655.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Macedo; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2011.

COIMBRA, Valéria Cristina Christello et al. Avaliação da satisfação dos usuários com o cuidado da saúde mental na Estratégia Saúde da Família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, 2011.

DALLA VECCHIA, Marcelo; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Desinstitucionalização dos cuidados a pessoas com transtornos mentais na atenção básica: aportes para a implementação de ações. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 28, 2009.

LUCCHESI, Roselma et al. Saúde mental no Programa Saúde da Família: caminhos e impasses de uma trajetória necessária Mental health and the Family Health Program: pathways and obstacles in a necessary approach. **Cad. saúde pública**, v. 25, n. 9, p. 2033-2042, 2009.

MINOZZO, Fabiane; COSTA, Ileno Izídio da. Apoio matricial em saúde mental entre CAPS e Saúde da Família: trilhando caminhos possíveis. **Psico-USF**, v. 18, n. 1, p. 151-159, 2013.

MOLINER, Juliane de; LOPES, Stella Maris Brum. Saúde mental na atenção básica: possibilidades para uma prática voltada para a ampliação e integralidade da saúde mental. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 4, p. 1072-1083, 2013.

NUNES, Mônica; JUCÁ, Vlândia Jamile dos Santos; VALENTIM, Carla Pedra Branca. Ações de saúde mental no Programa Saúde da Família: confluências e dissonâncias das práticas com os princípios das reformas psiquiátrica e sanitária. 2007.

ONOCKO CAMPOS, Rosana et al. Saúde mental na atenção primária à saúde: estudo avaliativo em uma grande cidade brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 12, 2011.

PINI, Jéssica dos Santos; WAIDMAN, Maria Angélica Pagliarini. Fatores interferentes nas ações da equipe da Estratégia Saúde da Família ao portador de transtorno mental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, n. 2, 2012.

RIBEIRO, Laiane Medeiros et al. Saúde mental e enfermagem na estratégia saúde da família: como estão atuando os enfermeiros? **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 2, 2010.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi; RIBEIRO, Edith Lauridsen . Ações de saúde mental na atenção básica: caminho para ampliação da integralidade da atenção. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, n. 2, p. 477-486, 2009.